

OFICINA INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR – 04-04-2017

RELATÓRIO SÍNTESE

1) Introdução

O presente relatório sistematiza os resultados da Oficina Instituições de Ensino Superior, realizada no dia 04 de abril de 2017, no auditório do Instituto Jones dos Santos Neves, como parte das atividades da etapa de elaboração de diagnóstico no âmbito do Plano de Desenvolvimento Metropolitano da Grande Vitória. A oficina teve como ideia central estimular os participantes a dialogar sobre os eixos temáticos do plano – Desenvolvimento Econômico, Meio Ambiente e Risco, Mobilidade Urbana, Uso e Ocupação do Solo – e como os mesmos estão inseridos no cotidiano da academia, ou seja, como os estudos, as pesquisas tem rebatimento nessa importante discussão e como isso pode fortalecer, por exemplo, a consolidação das políticas públicas, em especial no contexto da Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV).

2) Metodologia / Desenvolvimento

A oficina foi iniciada com uma fala de boas-vindas da presidência do Instituto Jones dos Santos Neves, que ressaltou a importância do trabalho e agradeceu a presença das instituições de ensino, haja vista o quão importante a participação deste segmento. Em seguida, passou-se para apresentação da equipe responsável pela elaboração do plano, dos convidados, sendo feita também uma explanação geral sobre o processo de elaboração do Plano Metropolitano e um relato síntese dos eixos temáticos, contendo informações preliminares que foram levantadas a partir dos documentos encaminhados pelos municípios, bem como de outros estudos já realizados.

Sendo assim, após a apresentação, foi iniciado o debate entre os presentes, quando colocaram as seguintes questões:

- Necessidade de um Diagnóstico de Capacidade Técnica dos Municípios para a aplicabilidade do plano, ou seja, uma espécie de monitoramento da gestão;
- O tema meio ambiente como sendo uma premissa das temáticas;
- Considerar a poluição do ar e a disponibilidade de água;

- O controle do governo estadual deve ser reduzido nas atividades metropolitanas, permitindo assim maior protagonismo dos municípios, a exemplo da Cesan e Ceturb;
- Existe um problema com oferta de água, ou seja, quem consome a água e quem abre a torneira;
- Alguns municípios criando legislações para contemplar o uso adequado de água;
- Conceitos: 1) Cidade Sensível a Água (Australiana) e 2) Cidade Esponja (China), retém água;
- Modelo de Gestão x Modelo Decisório (maioria sufocando as minorias, crise de autonomia);
- Processo democrático mais refinado (territórios de interesse metropolitano na metrópole e territórios de interesse metropolitano fora da metrópole);
- Monitoramento do ar (compartilhado);
- Importância do debate metropolitano, compartilhamento das decisões (estado x municípios);
- Falta regulação para o uso de bicicletas;
- 05 pontes permite o uso de mais de um modal;
- Impacto econômico na receita municipal com o uso de novos modais;
- Ampliar a circulação de pedestres;
- Aprimorar o debate nos municípios sobre os conflitos entre o tema meio ambiente e desenvolvimento econômico;
- Incluir o tema da paisagem e patrimônio;
- Coleta e tratamento de resíduos sólidos;
- Abastecimento de alimentos (extrapola a região metropolitana);
- Centralidades: o que isso pressupõe para a agenda metropolitana?
- Desigualdades: em que termos estamos falando?
- Superação das desigualdades municipais (modelo de gestão);
- Pensar uma agenda de médio e longo prazo;
- Política Habitacional (pouco abordado);
- Os quatro temas são muito amplos e os debates deveriam ser feitos de forma mais específica;
- Projetos viários e projetos econômicos impactam na ocupação do espaço urbano;
- Projetos viários e industriais não decididos democraticamente;
- PDM/PDU criando grandes polos industriais;
- Usar instrumentos do Estatuto da Cidade;
- Habitação (valorização imobiliária nos últimos anos);
- Áreas para Habitação de Interesse Social;
- Habitação no conceito de urbanidade (conjunto de serviços);
- O resultado do trabalho de elaboração do PDUI precisa apontar objetivos comuns bem costurados;

- Materialidade final (o fato de tornar-se lei enriquece);
- Definir variáveis, indicadores que precisam ser observados/monitorados constantemente (por área/por eixo), por exemplo, a crise hídrica no norte do estado migrou pessoas para a RMGV;
- Mudanças de variáveis pode alterar o planejado;
- O sistema de monitoramento é uma exigência do Estatuto da Metrópole;
- A lei do PDUI pode ser construída de forma a amarrar as diretrizes, ou seja, as ações podem ser tratadas em outros mecanismos de legislação;
- Direito como instrumento de conciliação;
- Desenvolvimento econômico acoplado a grandes projetos;
- Num horizonte temporal existe a previsão de diminuição dos grandes projetos na economia local;
- Considerar os planos diretores do porto e aeroporto;
- Como acoplar a estrutura educacional ao debate do desenvolvimento econômico;
- Desenvolvimentismo (o econômico manda);
- Como vem sendo distribuído do recurso público (fiscal)?
- A cidade de Vitória apresentou uma nova ocupação após 20 anos: Arcelor e Vale (privado); Aeroporto e Porto (públicos); CESAN/ESCELSA (concessionárias);
- Solidariedade Metropolitana;
- Modelo de gestão: municípios na mesma direção;
- Qual o papel do estado no modelo de gestão? Deveria ser o articulador;
- Definição de papéis, ou seja, empoderamento;
- Debate sobre consórcio público e urbano.

3) Considerações

Ao término da atividade, ficou como sugestão/encaminhamento que após a realização de oficina com as entidades de classe em 06.04.2017, organizar um outro momento em conjunto para debater coletivamente os assuntos, tendo como sugestão de data a última semana de abril.

FOTOS

